



O ENSAIO: UM MODO DE DIZER NASCIDO DA CRÍTICA

EL ENSAYO: UN MODO DE DECIR NACIDO DE LA CRÍTICA
(ENTREVISTA DE ALICIA SALOMONE A GRÍNOR ROJO)

Grínor Rojo
ENTREVISTA POR:
Alicia Salomone
TRADUÇÃO:
Camila Carvalho*

* ccamilacarvalho45@gmail.com
Doutora em Letras: Estudos Literários (UFMG).

O ensaio, desde suas origens, configurou-se como um espaço privilegiado para a crítica e a experimentação. Esse gênero discursivo, que acompanha a modernidade em sua evolução histórica, é tema central desta entrevista conduzida por Alicia Salomone com Grínor Rojo, renomado crítico literário e intelectual chileno. Publicada originalmente no livro *Los gajos del oficio*, a conversa explora, com profundidade e clareza, as múltiplas dimensões do ensaio, analisando sua relação com a modernidade, a ciência e o contexto sociopolítico latino-americano.

Ao longo da entrevista, Rojo argumenta que o ensaio não apenas reflete, mas também desafia os limites e contradições de seu tempo. Da obra pioneira de Sor Juana Inés de la Cruz aos críticos contemporâneos como

Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo, o ensaio emerge como um veículo para o pensamento interdisciplinar e a crítica das estruturas dominantes. Em contraponto, Rojo também analisa os impactos das ditaduras militares e do neoliberalismo na tradição ensaística da América Latina, oferecendo uma visão instigante sobre as tensões entre conhecimento, poder e cultura.

Nesta tradução, procuramos preservar o vigor argumentativo e o tom reflexivo do texto original, oferecendo ao leitor uma janela para o universo do ensaio enquanto forma de resistência intelectual e cultural. A entrevista, além de iluminar as contribuições de figuras centrais do ensaio latino-americano, destaca sua relevância contínua em tempos de crise e transformação.

Alicia Salomone: O que você pode nos dizer sobre o ensaio como gênero literário?

Grínor Rojo: Eu preferiria, não apenas em relação ao ensaio, mas também aos demais gêneros, falar mais de gêneros discursivos do que de gêneros literários. E entendo esses gêneros discursivos como modos de dizer que, na minha opinião, não se definem *in abstracto*, mas sim pela relação que mantêm com determinados conteúdos e com certas formas de se aproximar do real. Por exemplo, quando falamos do romance como gênero discursivo, estamos nos referindo a um gênero que se ocupa de um mundo — o mundo moderno —, mas que, ao mesmo tempo, instala um tipo de olhar oblíquo sobre esse mesmo mundo, um olhar que não existia antes do romance.

Nesse mesmo sentido, acredito que o ensaio, cuja aparição coincide praticamente com a do romance (a diferença entre a publicação de *Dom Quixote* e dos *Ensaios* de Montaigne é de poucos anos), também corresponde à transmissão de certos conteúdos associados ao mundo moderno e a uma determinada maneira de vê-lo e de dizê-lo. No caso do ensaio, contudo, a diferença fundamental é a crítica. Se no romance o traço determinante é o ceticismo — enganoso e, às vezes, soridente —, no

ensaio a chave está na crítica. Nesse sentido, penso que há uma associação muito estreita entre os dois termos, uma vez que o ensaio surge na modernidade como uma crítica ao mundo, o que define um certo modo de dizê-lo.

Alicia Salomone: Em sua opinião, qual é o papel das transformações dos primórdios da modernidade no surgimento do ensaio?

Grínor Rojo: A modernidade tem seu início no século XV, com a primeira grande expansão do mundo, tanto em termos espaciais quanto temporais, por meio do movimento dos portugueses ao longo da costa ocidental da África, até ultrapassarem o Cabo da Boa Esperança e seguirem em direção ao Oriente. Depois, no final do século XV, quando esse percurso já havia sido concluído, ocorre a descoberta da América, que representa um movimento em outra direção. O mundo se abre de uma maneira inédita, mas essa abertura também acontece em relação a determinados discursos, em uma dinâmica de mão dupla, pois, assim como os descobrimentos determinam esses discursos, esses mesmos discursos também determinam os movimentos. Sob essa perspectiva, dentro desse panorama, fica evidente que o surgimento do ensaio moderno, assim como o do romance moderno, está intrinsecamente relacionado a esses processos, de um modo que seria

impensável um século antes. O ensaio nasce, portanto, para criticar o mundo moderno em formação.

Alicia Salomone: Entre os discursos que emergem nesse contexto, também está o discurso científico. Haveria alguma relação entre esse discurso e o ensaio?

Grínor Rojo: De fato, entre os discursos que surgem nesse momento está o discurso científico, que não é o discurso da crítica, mas sim o da investigação — ou seja, o da exploração do mundo e da descrição racional e programada dos mecanismos que determinam o funcionamento do mundo. Essa atitude à qual me refiro também se concretiza em uma forma de dizer: o tratado científico. Assim, no período que se segue, passam a coexistir dois gêneros não ficcionais de grande importância: o tratado científico e o ensaio, que funcionam de maneira paralela e que, frequentemente, mantêm uma relação pouco amistosa. Às vezes, essa relação será de coexistência pacífica, mas, mais frequentemente, será de confronto: o tratado científico desqualificando o ensaio por sua superficialidade, frivolidade e falta de estrutura, enquanto o ensaio desqualifica o tratado científico por sua rigidez, ausência de graça e inflexibilidade. E isso ocorre desde as origens, ou seja, não é algo exclusivo do século XX ou de períodos recentes, mas um fenômeno que já se manifesta nos próprios primórdios da modernidade.

Alicia Salomone: De fato, certos textos que, em seu tempo, foram considerados tratados científicos, hoje são lidos como ensaios.

Grínor Rojo: O que ocorre nesse sentido é o seguinte: a história da ciência em geral, e da ciência moderna em particular, é a história de uma especificação progressiva e vertical das disciplinas, pois, à medida que o conhecimento avança, as disciplinas vão se especializando cada vez mais, e algumas dão origem a outras. Assim, o campo disciplinar se aprofunda, mas, na mesma medida, vai se estreitando cada vez mais. Isso acontece até o momento em que ocorre uma espécie de estagnação, em que a disciplina começa a girar em torno de si mesma, percebendo que, a partir de seu próprio interior, não consegue mais avançar. O que acontece, então, é uma abertura dessa disciplina científica para outras disciplinas, e, assim, o campo volta a se expandir, contaminando-se com elementos e características de disciplinas que estão ao seu redor.

Nesse sentido, um caso muito emblemático é o da antropologia, quando o evolucionismo — que ia de Spencer a Lévy-Bruhl — já não conseguia mais avançar. Nos anos cinquenta, a antropologia estava em um beco sem saída, e foi nesse momento que Lévi-Strauss encontrou Jakobson em Nova York, gerando a contaminação da antropologia

pela linguística. Dessa interação deriva o estruturalismo, que é algo mais e menos que uma disciplina científica: é um paradigma supra-científico que, como sabemos, afeiou todo o campo das humanidades e das ciências sociais.

Esse tipo de fenômeno ocorre periodicamente na história da ciência e, quando acontece, o tratado também experimenta uma espécie de terremoto enquanto forma discursiva. Nesse caso, o ensaio acaba sendo a outra *forma* — porque mais inquieta, aventureira, exploratória — que se apresenta como o modo de dizer mais adequado para tirá-lo de seu impasse, como o modo de dizer mais pertinente a essa situação de crise. De tal modo que, assim como a ciência pode chegar a um ponto de estagnação, o modo de dizer próprio do tratado científico também pode. Quando o campo se renova, ocorre a substituição do tratado pelo ensaio, até que o campo se estabilize novamente e crie sua própria linguagem e forma de dizer, como tratado.

Alicia Salomone: Dentro do cenário que você acaba de esboçar, como você avaliaria a atual relevância do ensaio?

Grínor Rojo: Nesse panorama totalizador, que já abrange cinco séculos, o momento que estamos vivendo é plenamente um momento do ensaio, porque o que

estamos experimentando cada vez mais é a necessidade de colaboração interdisciplinar, ou seja, de as disciplinas saírem do que vinham fazendo até agora e se abrirem em novas direções. O que aconteceu com os estudos literários nesse sentido é claríssimo. Falávamos há pouco sobre o estruturalismo e, precisamente, o grande projeto do estruturalismo nesse aspecto foi transformar os estudos literários em uma disciplina científica, e sua linguagem em uma linguagem científica. Mas, hoje todos sabemos que esse projeto colapsou. Quando esse colapso ocorreu, o que os estudos literários tiveram que fazer foi abrir-se em outras direções, gerando aquilo que hoje chamamos de *estudos culturais* — um campo composto de muitos campos e que, por isso mesmo, não pode se sustentar em um único tipo de discurso científico para ser articulado. Ele precisa recorrer a um modo discursivo que se move em diferentes direções e registros.

Esse modo discursivo é, como dizia o excelente ensaísta chileno Martín Cerda, o modo da experimentação — o movimento a partir de uma visão que, se não é inteiramente cega, também não está completamente clara. Trata-se de um movimento de busca, de exploração, de abertura de caminhos em um universo que é, ao mesmo tempo, confuso e intrincado. E esse universo é, contemporaneamente, o dos estudos culturais, onde só é possível

mover-se recorrendo ao ensaio, tanto pela natureza do material com que se trabalha quanto pela visão inter e multidisciplinar que esse material requer.

Alicia Salomone: Até agora falamos da evolução do ensaio, fundamentalmente, a partir do mundo metropolitano. Como essa trajetória poderia ser pensada para a América Latina?

Grínor Rojo: Sempre pensei, e não encontro exemplo nem anterior nem melhor, que a prática do ensaio na América Latina remonta à “Resposta a Sor Filotea de la Cruz”, de Sor Juana Inés de la Cruz. Acredito que esse texto é um ensaio, um discurso que reúne todas as características do gênero – e de forma brilhante –, a ponto de que, se alguém tivesse que compor uma antologia do ensaio latino-americano com base em dez textos, este deveria ser o primeiro. De fato, observamos nesse texto de Sor Juana, que certamente não é um tratado científico sobre qualquer tema em particular, a presença de um discurso por meio do qual uma mulher, na segunda metade do século XVII, questiona sua relação com o mundo. Ou seja, o que temos aqui é uma subjetividade em confronto com um mundo no qual está inserida (ela é freira, é católica, acredita em Deus e na Igreja), mas também um mundo com o qual ela diverge. E essa divergência é o que

se manifesta no texto, algo que não pode ser objetivo em nenhum caso, devido à própria condição de quem fala: uma mulher que faz parte do mesmo mundo sobre o qual se pronuncia de forma crítica. Assim, a crítica emerge em seu discurso em condições problemáticas, pois Sor Juana busca, em um universo tão rígido quanto o da colônia mexicana da segunda metade do século XVII, expressar o “outro”, aquilo que está ausente e que é nada menos do que a modernidade, em um contexto em que não há condições mínimas para isso, seja no mundo, na linguagem ou em qualquer outro aspecto. E é por isso que seu texto é de experimentação, exploratório e apresenta as características que mencionei anteriormente.

Alicia Salomone: Agora, essa atitude que aparece de forma solitária em Sor Juana, em que momento volta a se manifestar em nosso continente?

Grínor Rojo: Ela reaparece, de maneira notável, na primeira metade do século XIX e se mantém ao longo de todo o século. O que ocorre ali, no entanto, é algo bastante particular, pois aqueles que estão escrevendo esses ensaios em meados do XIX (estou pensando em Bello, Sarmiento, Lastarria, Alberdi, Altamirano) são indivíduos com uma consciência moderna, atuando em um mundo pré-moderno. É, em um tempo novo, o mesmo descompasso que

Sor Juana havia experimentado na colônia do México; um mundo pré-moderno do qual, por outro lado, muitos deles são participantes. Bello, por exemplo, é reitor da Universidade do Chile e senador; Sarmiento é uma grande figura da cultura argentina, que chega a ser Presidente da República. São pessoas inseridas nesse mundo pré-moderno, mas que, ao mesmo tempo, possuem visões que ultrapassam os limites de autocompreensão desse mundo. Nessa circunstância, produzem um tipo de reflexão que demanda a forma do ensaio. É curiosa a posição desses intelectuais de meados do século XIX na América Latina, pois há esse grupo, que são intelectuais orgânicos, mas não orgânicos ao mesmo tempo, dada sua dose de discrepância ou desejo de transformação. E há outros, como no caso de Francisco Bilbao, que simplesmente dão as costas a essa realidade e se transformam em exilados permanentes, franco-atiradores que disparam de fora do sistema. Isto desde o momento em que, na *Plaza Mayor* de Santiago do Chile, queimam sua obra *Sociabilidad chilena* (1844). A partir daí, ele se tornará um pária, um nômade.

Alicia Salomone: Se o ensaio se instala de maneira conflituosa nesses espaços pré-modernos, qual é o seu posicionamento com o advento da modernidade latino-americana?

Grínor Rojo: Tudo o que mencionei anteriormente culmina no final do século XIX, quando a modernidade finalmente se instaura na América Latina, mas de maneira defeituosa, imperfeita ou mais imperfeita do que no centro, devido a questões históricas muito concretas. O que se estabelece é uma modernidade parcial, por duas razões principais: primeiro, porque ela não se espalha de forma homogênea entre toda a população, e segundo, por sua condição periférica em relação à modernidade central.

Nesse cenário, o ensaio reaparece em autores como Martí, González Prada, Rodó e, mais tarde, nos primeiros pensadores marxistas, até culminar no pensamento de José Carlos Mariátegui. A eles se somam outros nomes importantes, como os anteriores à Revolução Mexicana, os ateneístas, Alfonso Caso, José Vasconcelos, Pedro Henríquez Ureña e Alfonso Reyes. Tudo isso até o Mariátegui dos anos vinte, que nos legou a obra fundamental *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*.

O momento seguinte, entre os anos 1920 e 1930 e até os anos 1960, é marcado por um projeto nacional democratizador, que se realiza por meio de populismos nacionalistas ou democracias parciais e igualmente nacionalistas. Isso está vinculado à instalação, ou à tentativa de instalação, de sociedades mais democráticas, com maiores possibilidades

de desenvolvimento para a população e capazes de se expandir territorialmente em todas as direções, o que diferencia esse projeto do modelo oligárquico anterior. É uma tentativa nobre, mas que é freada ou se mostra insuficiente devido a razões que vêm de muito antes e que, por um lado, estão relacionadas à persistência do continente em sua condição periférica e, por outro, ao pecado capital de não ter transformado o mundo rural, que permaneceu, até os anos 1960, sob o controle da oligarquia latifundiária.

Assim, qualquer que seja o projeto modernizador levado a cabo, em qualquer país em questão, ele terá um limite e, portanto, deixará de fora uma parcela freqüentemente majoritária da própria população. Nessas circunstâncias, a tentativa democratizadora no contexto dessa segunda modernização dos países latino-americanos, e as insuficiências que esse processo evidencia, geram a reemergência do ensaio, já que se torna evidente, mais uma vez, a necessidade da crítica.

Alicia Salomone: Quais ensaístas você destacaria nesse período?

Grínor Rojo: O período é inaugurado por Mariátegui, que podemos considerar como um pensador de transição entre o mundo anterior e o novo, sobretudo a partir

de sua crítica à situação rural, pois, para ele, não havia modernização possível, nem país (nação) possível, se o problema da terra não fosse resolvido. A partir daí, as figuras clássicas desse momento, nos anos 1940 e 1950, serão Pedro Henríquez Ureña, Alfonso Reyes e Jorge Luis Borges; e, no final dessa curva, entram autores como Ángel Rama, Antonio Cornejo Polar e Antonio Cândido, que se colocam como sucessores e atualizadores dos anteriores, posicionando-se em estreita relação com eles.

Por exemplo, Cornejo Polar reverencia respeitosamente Mariátegui, assim como Ángel Rama o faz em relação a Henríquez Ureña e Fernández Retamar em relação a Alfonso Reyes. Tudo isso vai constituindo uma tradição crítica e, consequentemente, uma tradição da ensaística latino-americana, que continua, depois da terrível ruptura representada pelas ditaduras na América Latina, com uma linha que busca reatar os vínculos com essa tradição.

Alicia Salomone: Que impacto têm, então, as ditaduras militares dos anos 1970 nessa trajetória da crítica latino-americana?

Grínor Rojo: A segunda modernização que a América Latina experimenta chega ao fim nos anos 1970, com as ditaduras militares. Nesse contexto, como em todos os

demais, as ditaduras tentam varrer o que foi o período anterior. No caso da ditadura militar chilena, em um primeiro momento, ela tende a ser vista como um esforço para liquidar o que havia sido o governo de Salvador Allende e o projeto socialista da Unidade Popular. Mas os militares, ou, se não eles, seus assessores, rapidamente perceberam que o problema não era apenas esse, mas algo muito maior: o que precisavam eliminar era o projeto democratizador que vinha em funcionamento nos cinquenta anos anteriores e, até mesmo, o projeto republicano vigente desde a fundação nacional.

Nessa circunstância, os países da América Latina, com suas particularidades, começam a entrar na era do neoliberalismo globalizador, que em rigor é o ajuste da América Latina à nova etapa da ordem capitalista mundial. Esse novo quadro histórico, que surge nos anos 1970 e que se concretiza plenamente no Chile, estabelece um novo paradigma de conhecimento que, na verdade, não é conhecimento propriamente dito, mas a aceitação do sistema capitalista como o “ordenamento natural das coisas”. Por isso, trata-se de um tipo de “conhecimento” que não produz cientistas —que investigam o que existe para descobrir mais ou descartar certas coisas e substituí-las por outras —, mas sim tecnocratas, que nada mais são do que operadores do que já é conhecido.

Isso é o que constitui, atualmente, no âmbito das ciências sociais latino-americanas, o que eu chamaria de discurso científico oficial, que efetivamente é oficial, mas que não tem nada de científico. As escolas universitárias de economia, por exemplo, hoje se chamam “escolas de negócios” e o que elas ensinam aos seus estudantes não é ciência econômica, mas sim como operar eficientemente dentro do sistema, sem questioná-lo ou se questionarem. Assim, o que passa por discurso científico é, na verdade, um discurso tecnocrático vinculado ao projetismo e à gestão de pesquisas quantitativas, como o que é ensinado nas escolas de sociologia. Esse discurso também implica o abandono do estudo da história para compreender a sociedade, pois presume-se que a sociedade é o que é, o que foi e o que deve ser. Para esse tipo de pensamento, a história é desnecessária. Tudo isso, evidentemente, se resolve em um funcionalismo desaforado.

Alicia Salomone: Nesse novo cenário, claramente desfavorável, ainda há espaço para o desenvolvimento da crítica na América Latina?

Grínor Rojo: Penso que sim, porque, diante desses intelectuais orgânicos do sistema — os tecnocratas que produzem discursos essencialmente quantitativos sobre o funcionamento do sistema —, surgem novamente os

dissidentes, e eles se manifestam no âmbito do ensaio. Essa será a geração de Roberto Schwarz, no Brasil, de Beatriz Sarlo e Ricardo Piglia na Argentina, por exemplo, que expressam discrepâncias que, com suas próprias abordagens e ênfases, buscarão se reconectar com o passado de onde vêm. Eu mesmo me considero parte desse grupo, empenhado como estou em reconstruir a tradição da crítica latino-americana. O mesmo pode ser dito de Carlos Monsiváis, no México, que, a partir de uma abordagem quase foucaultiana, desenvolveu uma genealogia da cultura popular, e de Elena Poniatowska, que, em relação à história das mulheres mexicanas, reconstrói as histórias das soldaderas, de Jesusa Palancares, da ativista Tina Modotti, entre outras. Tudo isso representa um esforço para recuperar essas tradições no México neoliberal. No caso da Bolívia, posso mencionar Guillermo Mariaca, que também vem trabalhando nessa mesma linha.

Agora, na periferia desse campo que se inaugura com as ditaduras, é preciso reconhecer outro grupo de ensaístas: os pós-modernos em geral, que ecoam os discursos de crise no mundo globalizado. O que eles advertem é que as transformações geradas pelo neoliberalismo globalizador encravaram aquilo que chamam de “intelectual tradicional”, ou seja, o intelectual que defendia a modernidade a partir de seus valores emancipatórios. A esse respeito

sua conclusão é a de que, na modernidade, esses valores não existiam de fato, sendo ou uma ilusão ou, pior ainda, mecanismos disfarçadamente colocados a serviço do que há de pior na modernidade: a exploração capitalista e o colonialismo.

Em outras palavras, esses intelectuais pós-modernos, ao declarar encerrado o projeto intelectual tradicional, afirmaram que era necessário inaugurar um novo tipo de intelectual, que deveria ser “pós-tudo” e se posicionar em espaços não tocados anteriormente. Mas, como tudo já havia sido tocado, eles escolheram a margem, o interstício, o lugar que não é lugar. No que diz respeito ao discurso, adotaram um que não é nem de afirmação nem de negação, mas (como disse o presidente mexicano Echeverría) muito pelo contrário. Assim, do ponto de vista do valor do trabalho desse grupo, na minha opinião, ou ele não serve para nada ou está, francamente, a serviço do que já existe e domina. Nesse último sentido, basta pensar no que Beatriz Sarlo chamou, há mais de 10 anos, de “neopopulistas de mercado”, que, sob o pretexto de defender os direitos da cultura popular, defendem, na verdade, os direitos do mercado.